Circular Recopa

Uma troca conjunta de informações e experiências de comercialização associada na Agricultura Familiar

Junho 2000

Pobreza no Campo Aumenta

Fonte: CEPAT n. 62 junho 2000

A pobreza no campo brasileiro é séria e, para alguns, até mais séria do que a pobreza urbana. Um estudo feito pelo Banco Mundial, em 1999, chama atenção para o problema. Referindo-se a um levantamento da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o estudo lembra que em 1996, quase a metade da população rural vivia na pobreza enquanto, na área urbana, aquela participação dos pobres era de um quarto. Também indica que, apesar do processo de urbanização, a fatia dos pobres rurais no total de pobres mantém-se alta. Em 1996, 29% dos 46,6 milhões de pobres do país estavam na zona rural. Os dados foram divulgados pela Gazeta Mercantil 11/05/00 e Folha de São Paulo, 22/05/00. Apresentamos uma síntese das matérias.

A agricultura se modernizou e aumentou os pobres no campo.

A quantidade de pobres no meio rural cresceu justamente quando a agricultura do país se tornou mais produtiva, mais mecanizada, mais moderna, em suma, mais rica. O economista da USP e especialista em assuntos agrícolas, Guilherme Dias, não está surpreso com as evidências: "Não é estranho que em uma década de crescimento de produtividade a gente encontre isso, há uma seleção muito violenta, os agricultores que utilizam mais tecnologia contribuem em para fazer desaparecer os mais tradicionais" - explica Dias. No mundo dos atrasados, os pequenos agricultures viram desempregados rurais. Tudo isso faz prever que o Movimento dos Sem-Terra tende a engordar ao invés de perder gás.

Governo de FHC: renda cai 5,8% no campo

O trabalhador no campo ficou 5,8% mais pobre entre 1995 e 1998, período que coincide com o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Duas das regiões onde a renda média caiu, o Sul e o Nordeste, registraram juntas 56% das ocupações de terra no mesmo período. O empobrecimento do trabalhador rural é uma das principais justificativas para que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cobre do governo mudanças na política fundiária. Nesse período, no país, houve um crescimento do número de pobres no campo de 2,1%. Segundo dados da pesquisadora Ângela Corrêa, professora da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), na região Centro-Oeste a renda média do 1% mais rico na agricultura cresceu 37,0% entre 95 e 98; já a renda média dos 50% mais pobres caiu 2,8% nesse região. No Sul, a proporção de pobres na agricultura cresceu 7,2%.

Agricultura Familiar Distribui Renda e Gera Emprego

Fonte: CEPAT - n. 62

O Brasil possui 4,1 milhões de propriedades rurais familiares, que correspondem a 85,2% do total dos estabelecimentos rurais do País (4,8 milhões). Elas ocupam 107,8 milhões de hectares, sendo responsáveis por R$ 18 bilhões do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VBP). Os agricultores patronais representam a 554 mil estabelecimentos, ocupando 240 milhões de hectares. (...)

Agricultura Familiar é mais eficiente que a "agricultura patronal"

O estudo mostra que mesmo ocupando 30,5% da área e recebendo 25,3% dos financiamentos rurais, os agricultores familiares são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VBP), revelando uma maior eficiência em relação aos patronais. A análise regional mostra a importância desse tipo de agricultura nas regiões Norte e Sul, onde mais de 50% do VBP é produzido nos estabelecimentos familiares.

Agricultura Familiar gera mais empregos no campo

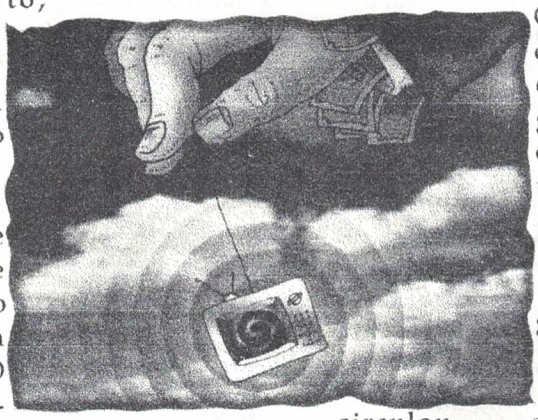
A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho rural no País, com 76,9% do Pessoal Ocupado (PO) - 13,7 milhões do total de 17,3 milhões. O estudo baseia-se no Censo Agropecuário 1995/96, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Mídia, Mentira e Ditadura"

Fonte: Revista Caros Amigos, n. 39

Reproduzimos nesta Circular a introdução do artigo de José Arbex Jr., publicado na Revista *Caros Amigos*, onde o jornalista analisa o tratamento que a Folha de São Paulo dá ao noticiários sobre o MST. Vale a pena ler todo o artigo (Caros Amigos, n.39 - junho de 2000).

"O governo FHC está, visivelmente, "endurecendo" suas posições contra os movimentos sociais - particularmente, neste momento, contra o MST -, e conta para isso com o apoio quase irrestrito e total da mídia. O "endurecimento" é facilmente detectável. Basta lembrar alguns episódios recentes: a violentíssima repressão aos índios, negros, estudantes e populares que se manifestaram na região de Porto Seguro, em 22 de abril; o assassinato do lavrador sem-terra Antônio Tavares Pereira, por um soldado da PM, em Curitiba, em 3 de maio; a violenta repressão contra professores, servidores públicos e estudantes em plena avenida Paulista, São Paulo, em 20 de maio; e, no plano institucional, a reativação do Serviço Nacional de Informações e de uma delegacia da Polícia Federal especializada em formar agentes contra movimentos sociais. Já o apoio da mídia à "linha dura" precisa ser analisado de forma um pouco mais meticulosa.



Não vamos nos deter na óbvia "demonização" do MST pela Rede Globo e pelo jornal o Estado de S. Paulo. E vamos comentar, apenas de passagem a edição 1.648 da revista Veja (10 de maio), cuja manchete era "A tática da baderna". Nem mesmo à época da ditadura viu-se "reportagem" com tamanho acúmulo de informações falsificadas, "entrevistas" desmentidas por fontes (como o professor da USP José de Souza Martins) e "fatos" distorcidos, tudo contra o MST. Os bastidores da produção dessa "reportagem" foram contados por um documento apócrifo, supostamente escrito por alguém que trabalha na própria *Veja* e que circulou amplamente pela Internet. O documento, desmentido pela direção da revista, conta como o secretário de Comunicação da Presidência da República, Andrea Matarazzo - o tal que proibiu a divulgação, pela TVE, da entrevista com Stedile feita em 6 de maio pelo programa *Opinião Brasil*, negociou com os editores da revista uma matéria contra o MST e como a *Veja* montou a "reportagem".

Todos esses casos de atentado à inteligência da opinião pública são muito conhecidos (o que não significa que sejam inofensivos). O nosso grande problema, aqui, é demonstrar narrativas mais "inteligentes", aquelas que procuram justificar, com argumentos "racionais", o uso de métodos ditatoriais por um governo supostamente democrático. Nesse sentido, a Folha de S. Paulo vem apresentando a mais efi-

ciente e feroz "engenharia do consenso". Basta analisar a cobertura feita pelo jornal dos eventos relativos ao MST durante o mês de maio, para detectar sua linha de argumentação: o MST é um movimento radical, portanto ilegítimo, que usa a "questão da terra" como pretexto para subverter a ordem, e cujos integrantes praticam a corrupção, com a conivência ou, pelo menos, a complacência do governo; o uso da força contra o MST torna-se, por isso, uma medida necessária à defesa da democracia. Claro que essa linha em nada difere do raciocínio empregado por outros veículos, com um pouco mais de inteligência (...)"

"Terra de Todos"

Fonte: Caros Amigos - n.39

Leia, em seguida, trechos da entrevista com João Pedro Stedile, onde ele analisa a Política Agrícola do governo FHC (Leia entrevista inteira em *Caros Amigos* - nº 39).

"(...) A avaliação geral que estamos fazendo da conjuntura é a de que o governo Fernando Henrique Cardoso vem aplicando esse modelo econômico desde o primeiro mandato, e para a agricultura esse modelo econômico tem sido um desastre. Na expressão dos próprios técnicos do governo: eles querem modernizar o nosso meio rural implantando o chamado modelo norte-americano.

O projeto dos tucanos é que a agricultura brasileira seja igualzinha àquelas pradarias do Mississípi, um monte de fazendas, de preferência se o cara tiver computador e falar algumas palavras em inglês. Em resumo, esse modelo se concentra em alguns pilares que o governo está construindo, por exemplo: estímulo a grandes fazendas de grãos para exportação deslocando do Sul para o Centro-Oeste e colocando no orçamento 20 bilhões de reais para criar novos canais dessa exportação pelo Norte, pelos portos de Itacoatiara e São Luís, e as duas ferrovias, a Centro-Oeste e a Norte.

Segundo pilar dessa política: eles partem da tese de que, no mundo moderno capitalista, só as grandes empresas são capazes de abastecer o mercado. Então tem de ter uma empresa com capacidade de abastecer o supermercado de Chapecó, de Porto Velho e de Fortaleza ao mesmo tempo. Com o agravante de que esses complexos agroindustriais são todos multinacionais, então houve também um estímulo à desnacionalização. Abro, como exemplo, o último segmento, o de temperos, até esse já foi desnacionalizado com a compra agora, por uma *fast-food* americana, da Arisco. Nem o tempero os brasileiros estão controlando. São três multinacionais: a Maggi, a Knorr e essa *fast* não sei do quê (RMB Ltda).

O terceiro pilar da política deles é não acreditar na agricultura familiar. Eles dizem em off, para nós, que é mais barato para o governo aposentar o pequeno agricultor do que criar um programa de subsídio, sabendo que no mundo inteiro a agricultura é subsidiada, inclusive nos Estados Unidos, na Europa, no Japão.

Quarta linha deles, gravíssima também, é o complemento no pacote tecnológico. Antes, a tecnologia agrícola no Brasil era pesquisada pela Embrapa, uma empresa pública. Então, todos os avanços do conhecimento científico ela democratizava, porque não pode vender, ela passava para qualquer agricultor. Agora, eles sucatearam a Embrapa, há cinco anos o orçamento dela é o mesmo, e quem está controlando as tecnologias são as grandes empresas. E quais são as empresas com capacidade de investir em tecnologia? As multinacionais, Monsanto, Cargill, estão controlando a biotecnologia.

Vínhamos denunciando ao governo: "Olha, esse modelo não vai dar certo, só vai gerar pobre, gerar tensão social". Eles davam risada: "Isso é atraso, os dinossauros, vocês sonham com aquela agricultura idealista da Europa". Uma vez o Jungmann chegou a me dizer: "Isso é a origem cristã que vocês têm lá dos imigrantes". Deve ter pensado: "Nós, os ateus, decerto somos mais modernos". E aconteceu que, passados cinco anos, o processo de empobrecimento foi real. E não mais só pela nossa boca começou a aparecer essa exclusão social, começou a aparecer nos próprios estudos do governo, baseados no censo agropecuário e em pesquisas feitas pela própria Embrapa e pela Fundação Getúlio Vargas. Há um estudo feito pelos próprios técnicos do governo, que se chama: "O empobrecimento da Agricultura Brasileira", que revela o seguinte: nenhuma propriedade no Brasil com menos de 50 hectares está conseguindo renda equivalente a um salário mínimo. E nesse mesmo estudo eles alertam: se não mudar a política agrícola, há uma bomba migratória instalada; nos próximos anos, de 8 a 13 milhões de pessoas que vivem no meio rural, sobretudo no Nordeste, irão para as cidades. Podem não ir para o Rio, para São Paulo, que é longe, mas irão para Salvador, Recife, Fortaleza. Que solução para uma pessoa semi-analfabeta, com 3º ano primário! Vai ser um caos. Isso nos documentos do governo. (...)"

20% do Feijão no Mato Grosso do Sul é Proveniente da Agricultura Familiar

Fonte: Jornal do Brasil 4/6/00

Dezesseis anos depois de seu surgimento, os assentamentos respondem por 20% da produção de alguns produtos agrícolas em Mato Grosso do Sul, como mandioca e feijão.

Atualmente, cerca de 13 mil famílias estão assentadas em mais de 700 mil hectares distribuídos por 37 dos 77 municípios do Estado.

Estudo feito pela Superintendência Regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revela que os assentamentos no Estado produziram, no ano passado, 143 das 612 toneladas de mandioca colhidas, ou 23,49% de todo o plantio.

Ainda na safra do ano passado, os assentamentos foram responsáveis por 19,7% do plantio de feijão - eles colheram 5 toneladas das 26 produzidas.

Os assentados atuam também na pecuária leiteira, pois já possuem quase 100 mil cabeças de vaca e a produção diária é de 220 mil litros de leite, o equivalente a 11% da produção estadual.

A performace econômica dos assentamentos é mais destacada em Itaquiraí (400 Km ao sul de Campo Grande), região que serviu de palco a conflitos entre sem-terra e fazendeiros.

No início da década de 90, Itaquiraí possuía uma população de 12 mil habitantes, número que saltou atualmente para 29 mil, conforme estudo da prefeitura.

Para ter uma idéia das mudanças ocorridas nessa região, basta acompanhar os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 1989, o município possuía 125 grandes propriedades rurais. Atualmente, a cidade conta com 1.553 pequenas propriedades, que abrigam cerca de 2.000 famílias.

Transgênicos Entram Ilegalmente no País

Fonte: Jornal do Brasil 21/06/00

Testes realizados em laboratórios europeus a pedido do Greenpeace e do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) detectaram presença de até 8,7% de organismos geneticamente modificados (OGMs) na composição de 10 produtos nacionais e importados comercializados no Brasil. Com base no resultado, o grupo ambientalista e o IDEC vão solicitar ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Agricultura que os produtos sejam retirados das prateleiras dos supermercados.

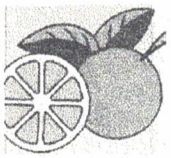
Entre os alimentos em que foi encontrada a presença de OGMs estão os salgadinhos Bac'Os, com 8,7% de soja transgênica, a sopa Knorr (4,7% de milho transgênico) e o macarrão instantâneo Cup Noodles (4,5% de soja tansgênica). *A Lei de Biossegurança brasileira (8.974/95) proíbe a comercialização de produtos transgênicos no país.* "Os testes mostram que há empresas infringindo a lei, disse Marina Paoli, coordenadora da campanha de transgênicos do Greenpeace no Brasil. Segundo o consultor técnico do IDEC, Sezifredo Paz, a venda de produtos à base de organismos geneticamente modificados também viola o Código de Defesa do Consumidor, que exige a especificação da composição no rótulo dos alimentos. "Estes produtos não indicavam a presença de OGMs em suas embalagens", contou. Ao todo, foram analisados 42 produtos.

"O que nos surpreendeu foi encontrar alimentos nacionais com transgênicos. Talvez a importação de matéria-prima de países onde os transgênicos são liberados, como a Argentina e os Estados Unidos, sejam a origem da contaminação", disse Marina. Além de pedir que os fabricantes retirem os alimentos de circulação, o IDEC vai pedir que o governo federal notifique as empresas sobre a proibição da venda dos produtos e vai exigir fiscalização mais rigorosa dos produtos importados.

Preços da Laranja Caem 40% no Ano

Fonte: Gazeta Mercantil 9/6/00

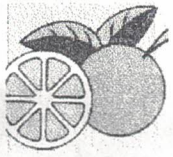
Os preços da laranja apresentam tendência de queda no interior de São Paulo. De acordo com a pesquisadora Margarete Boteon, do Centro de Estudos Avançados em Economia Apli-



cada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), de Piracicaba, a caixa de 40,8 quilos da laranja posta na indústria está variando de R$ 1,20 e R$ 1,80, dependendo da variedade e da distância do pomar. Algumas estariam pagando entre R$ 1,70 e R$ 1,80 pela laranja-pêra e entre R$ 1,20 e R$ 1,30 pela variedade precoce hamlin. O valor médio está 40% abaixo dos R$ 2,50 do início da safra passada.

A seca - que atinge o interior paulista e que pode reduzir a safra de laranja em relação à previsão de 360 milhões a 370 milhões de caixas - não é suficiente para provocar a reação no mercado interno.

Laranjas Brasileiras para Mercado Solidário Europeu



A Max Havelaar, da Holanda, entidade certificadora do chamado mercado solidário, vai lançar na Holanda, suco de laranja, feito com laranjas brasileiras. Agricultores familiares da CEALNOR (Rio Real - Bahia) e de associações catarinenses filiadas à APACO (Chapecó - Santa Catarina) estarão, entre outras, fornecendo laranjas para esta operação. Neste mês de junho, esteve na Bahia uma equipe de holandeses, filmando e fazendo entrevistas com agricultores e dirigentes da CEALNOR, com o objetivo de preparar a campanha de promoção do suco de laranja a ser feita em setembro próximo.

Associação de Apicultura Flor Nativa (BA)

A Flor Nativa foi fundada em 27 de abril de 1997 em Caeté-Açu (Vale do Capão), distrito de Palmeiras, na Bahia, com o objetivo principal de organizar e fortalecer os apicultores do município bem como desenvolver a criação de abelhas no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Junto a seus associados, a Flor Nativa vem desenvolvendo a criação de abelhas ***africanizadas*** (Apis Melifera Scutellata), resultado do cruzamento entre as abelhas européias (italianas e alemãs) e africanas, ambas introduzidas no Brasil pelo homem em 1839 e 1956 respectivamente. São abelhas muito produtivas e resistentes às enfermidades e conseguem controlar as pragas (traça, varroa) de modo tão eficaz que não é preciso aplicar nenhum remédio químico. Embora famosas por sua agressividade, essas abelhas - que se adaptaram perfeitamente ao clima do Nordeste - podem ser amansadas pelo próprio apicultor, utilizando um manejo tranqüilo e harmonioso.

A associação está também organizando mutirões (colheitas comunitárias, plantio de árvores, melhoria da infraestrutura, etc), ministrando cursos de atualização apícola e contribuindo para o despertar da consciência ecológica dos moradores locais.

Atualmente são 25 apicultores com um total de 400 colméias, reunindo-se mensalmente em assembléia para definir a atuação da Flor Nativa.

Flor Nativa
Caeté-Açu, s/n
Palmeiras - BA
CEP: 46940-000
Contato: João Motta (75) 332-2129

Ciro tem comprador para:

- √ Castanha de Cajú
- √ Castanha do Pará Beneficiada
- √ Pimenta do Reino
- √ Cravo
- √ Canela
- √ Gergelim
- √ Açúcar Mascavo
- √ Gengibre
- √ Casca de Romã Seca
- √ Urucum

Vendas Realizadas pelo Ciro em junho

- √ 500 Latas de Mel de 25Kg cada, de Itainópolis/PI
- √ 100 litros de Óleo de Copaíba
- √ 50 litros de Óleo de Andiroba

Contato: CAPINA - Tel.(21) 220-4580

Alguns números de telefone e fax muito usados

- **AAO**, São Paulo, SP, Fone/Fax: (011) 263-8013
- **ACARAM**, Carlos, Ji-Paraná, RO, Fone/Fax: (069) 422-2469
- **Armazém da Roça**, Belo Horizonte, MG, Fone: (031) 277 - 6702
- **Ass. Regional** Zona da Mata e Vale de Parauapeba, **Muriaé**, MG, Fone/Fax: (032) 722-5067
- **Boxe Ceasa Belém** da Agricultura Familiar, Belém, PA, Fone: (091) 831-1120
- **CAPINA**, Ciro Frossard, Rio de Janeiro, RJ, Fone: (021) 220-4580, Fax: 220-1616
- **Central Pontes e Lacerda/MT**, Manoel Messias, Fone: (065) 266-1212, Fax: 223-4615
- **Central Transamazônica**, Ivanir Crestani Primo, Altamira, PA, Fone: (091)515-3013, Fax: 515-2406
- **CEIA**, Willys Nunes Conceição, Feira de Santana, BA, Fone/Fax (075) 221-5366
- **CRAPA**, João Bednarski, Francisco Beltrão, PR, Fone (046) 523-1387
- **FEPAR**, Curitiba, PR, Fone (041) 348-2376, Fax (041) 348-2509
- **PROVE** - Quiosques do Produtor, Brasília, DF, Fone: (061) 224 - 6434, Fax: (061) 322 - 3902
- **CONCRAB**, São Paulo Fone/Fax: (011) 222 - 9174

agenda

Plebiscito Popular

Na semana da pátria – 2 a 7 de setembro – a CNBB, o MST em conjunto com uma série de organizações e partidos estão promovendo um PLEBISCITO NACIONAL DA DÍVIDA EXTERNA. O povo será convocado a responder três perguntas:

- sobre a dívida interna;
- sobre a externa;
- sobre os acordos com o FMI.

O plebiscito quer ampliar esse debate, mobilizando o povo a dizer não à ganância do capital financeiro.

Tome a iniciativa e articule-se para organizar o plebiscito em seu município, em seu lugar de engajamento popular. Mobilize as entidades e o povo, crie uma comissão local, marque reuniões e debates, organize as urnas e convoque a população para votar!

Procure informações e materiais de apoio na CNBB da sua região.

Circular RECOPA

Publicação bimestral - tiragem 800 exemplares- Junho 2000
Edição, distribuição e correspondência:

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Rua Evaristo da Veiga, 16/1601 E-mail: capina@ax.apc.org
20031-040 - Rio de Janeiro/RJ

IMPRESSO